

CENTRO DE ESTUDOS EPIGRÁFICOS DA BEIRA

TREBARVNA

VOL. III



CASTELO BRANCO

1994

INSCRIÇÃO RUPESTRE ROMANA PROCEDENTE DE CAPINHA

Rogério Carvalho
José d'Encarnação

Encontra-se depositado no jardim do Governo Civil de Castelo Branco o fragmento irregular de um penedo granítico (170 x 118 x 70 cm), procedente de Capinha (Fundão), que ostenta, no dorso abaulado, parte do texto duma inscrição funerária romana, que ocupa um espaço de 118 x 155 cm.

A primeira referência ao monumento deve-se ao viajante italiano Mariângelo Acúrsio, embora tenha sido o epigrafista alemão Emilio Hübner que dela se fez eco no CIL II. O carácter inusitado do monumento - que lhe confere, por isso, uma singularidade digna de realce - justifica que, nesta breve nota, demos conta da sua história e da relevante importância documental que detém.

A história da descoberta

Nasceu Mariângelo Acúrsio nos finais do século XV e terá morrido, escreve Hübner (CIL II, p. 49), pouco depois de 1544. Viajou pela Península Ibérica, anotando, nos seus apontamentos, as antiguidades de que ia tomando conhecimento. Tendo saído apressadamente de Lisboa, em Maio de 1527, por causa da peste que nessa altura grassava na cidade, abalou em direcção a Ciudad Rodrigo e a Salamanca. Terá sido, pois, nesse percurso que viu a inscrição de Capinha (que apresenta sob o nº. 27, na pág. XXVIII do seu itinerário hispânico) e outras mais que Hübner também transcreve (CIL II 453-457).

A descrição de que Hübner se faz eco é muito singela:

«Hic lapis est palmorum 15 long. latus n. 10, crassitudine totidem, lapidem qui vulgo dicitur Cardine (*cardeno*) aspero et ob id etiam litteris inconditis».

Por conseguinte, a 'pedra' ou 'lápide' existente na Capinha media

quinze palmos de comprimento, dez de largura e outros tantos de espessura; tratava-se de uma pedra áspera que vulgarmente se designaria «cardena», vocábulo cujo correspondente actual desconhecemos; os caracteres apresentavam-se, por tal motivo, desordenadamente gravados. Não parece haver, porém, qualquer dúvida de leitura, pois, caso contrário, Hübner, habitualmente tão cuidadoso, dela se teria feito eco. Aliás, já no relatório à Academia das Ciências de Berlim, apresentado em 1861 (o.c., p. 20), Hübner se referira ao monumento com base nas fichas de um outro investigador de antiguidades, Muratori (1083, 9), e não hesitou em considerar «óptima» a versão de Acúrsio e «pessime corruptam» a de Muratori. A única dúvida seria apenas se, antes das letras apresentadas por Acúrsio, outros dados não teriam existido que o tempo houvesse feito desaparecer: «an hic dissiluerit incertum». Dúvida, de resto, justificada, uma vez que o texto se iniciava por fórmulas funerárias que, de ordinário, não encabeçam os epitáfios.

O texto apresentado por E. Hübner (cf. também ILER 5511) é o seguinte:

H. S. E. S. T. T. L
 MAEILO . CAMALI . F. T. D. V. TALABARA
 FACTVM . CVRAVIT . PROGELA MAEILONI . F
 ET . DVTAIVS . ARANTONI . F.

Por imperativos tipográficos, não assinalamos os nexos existentes, mas o próprio Hübner chama a atenção para eles, inclusive devido ao carácter invulgar de alguns. Assim, na l. 3, estão em nexu VM e MAEIL; na l. 4, VTAIV, AR e ANT.

Até aqui, portanto, somente Acúrsio vira o monumento e nada fazia suspeitar, à primeira vista, da sua eventual tipologia.

Sucedê, porém, que, em 1910, Francisco Tavares Proença Júnior dá a lume n'*O Archeologo Portuguez* (15 1910 39-54), certamente a convite de Leite de Vasconcelos, algumas «inscrições inéditas». O artigo vinha na sequência de um outro («Inscrições romanas de Castelo Branco», publicado na mesma revista, nº. 12, 1907, pp. 172-178), em que, segundo as próprias palavras do autor, se referira às inscrições que conseguira «reunir, provenientes principalmente do distrito de Castelo Branco», e destinava-se a dar a conhecer outras que entretanto encontrara e pusera a salvo «depositando-as no Museu Municipal a

meu cargo» (p. 39). Entre elas, com o n.º 20, na pág. 53, lá figura a da Capinha:

«Ultimamente foi-me oferecida pelo meu amigo Joaquim Capelo Franco Frazão, para o Museu Municipal onde já está, a inscrição n.º 453 de Hübner, proveniente da Capinha.

«Está gravada num rochedo tosco, sem nenhum aparelho de superfície.

«Infelizmente só existe metade, pois esta pedra foi partida, e a outra metade destruída há poucos anos, depois da visita de Hübner. Este autor copiou (...)» - e segue-se a transcrição feita pelo epigrafista alemão, a leitura interpretada (com desdobramento de abreviaturas e siglas) e a tradução.

Ao contrário do que Tavares Proença escreve, Hübner não viu a inscrição, copiou-a de Acúrsio, e, por outro lado, se alguma vez o monumento esteve no museu, o certo é que, hoje, ele não está lá. No entanto, a informação de Tavares Proença é preciosa, porque pela primeira vez se dá conta de que estamos perante uma inscrição rupestre, infelizmente mutilada pela incúria e ignorância dos homens e totalmente desgarrada de qualquer contexto arqueológico: se o chegou a conhecer, Tavares Proença não se haverá apercebido da importância que, futuramente, essa informação poderia vir a ter e omitiu-a.

Ao reexaminar a epigrafia romana de Castelo Branco, José Manuel Garcia teve ensejo de referir-se à epígrafe, que viu onde hoje ela está, comentando que se tratava de um «estranho texto» de um «monumento *sui generis*» (1984, 144).

E é verdade. Por isso talvez valha a pena tecer sobre ele algumas considerações mais.

O seu invulgar interesse documental

Em primeiro lugar, embora já nada haja a fazer, cumpre lamentar o ocorrido.

O desejo de preservar a 'peça' levou à utilização de meios totalmente diferentes dos actuais, com a agravante de - por serem peças «feias» - esses pedaços de penedos não constituírem aliciantes museológicos, o que determina a sua 'arrumação' no jardim anexo (com tudo o que isso implica de deterioração por via dos agentes erosivos atmosféricos). Por outro lado, a operação de arranque nem sempre é efectuada com as devidas precauções (a dinamite substitui amiúde o diligente trabalho

do cabouqueiro); e, finalmente, raras vezes se procede a cuidadosa escavação (ou mesmo singela sondagem) ao seu redor.

E o caso não é único: estamos a recordar que o mesmo sucedeu a uma outra inscrição rupestre, hoje no pátio do Museu Nacional de Arqueologia, cortada das margens do rio Douro e onde se pretendeu ler o nome duma divindade, *Mirobieus* (ENCARNAÇÃO 1975 235-237). Pensamos que, hoje em dia, todos estamos suficientemente mentalizados para evitar esses autênticos «crimes de lesa História» e mais dispostos a utilizar a técnica da moldagem, frequentemente levada a efeito, com excelentes resultados, pelos colaboradores de Leite de Vasconcelos e de Francisco Martins Sarmento e, mais recentemente, do Museu Monográfico de Conímbriga (estamos a recordar o notabilíssimo molde da inscrição de Lamas de Moledo - cf. RODRÍGUEZ COLMENERO 1993 99-103 - feito a pedido do então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro e hoje depositado na Direcção Regional do IPPAR, em Coimbra).

Desconhecemos, pois, o primitivo contexto arqueológico do monumento. Sabe-se, porém, quem o doou e talvez aturada pesquisa, quer junto de familiares de Franco Frazão ainda existentes, quer na Conservatória do Registo Predial do Fundão ou na respectiva Repartição de Finanças, possa apontar algumas pistas.

Na verdade, sendo inegável o carácter funerário do texto, ele deveria identificar quem estava ali sepultado. A probabilidade de se tratar da legenda de uma sepultura cavada na rocha não é despicienda, nomeadamente quando esse tipo de monumentos está a ser encarado agora a uma nova luz que os permite datar não exclusivamente da época medieval, como até há pouco se admitia quase sem discussão, mas também da época romana. Um túmulo como a chamada «tomba del crociato» identificado na região de Salerno (BRACCO 1992) pode constituir, nesse aspecto, uma notável chamada de atenção, porquanto representa, nos primórdios do século III da nossa era, uma interessante forma de, com poupança de meios económicos, se aproveitar uma rocha da propriedade privada para nela serem sepultados os membros da família do proprietário.

Urge, pois, que, doravante, campanhas de prospecção arqueológica em zonas de ocorrência de sepulturas cavadas na rocha, tenham em consideração a possibilidade de junto delas se encontrarem inscrições.

Mas, na verdade, o texto é deveras «estranho», para usarmos o

adjectivo de José Manuel Garcia. Aliás, já Hübner o assinalara, referindo-se em geral aos textos transcritos por Mariângelo Acúrsio:

«Singulares sunt non solum propter nomina deorum hominumque peregrina, ut fere solent in his regionibus referri, sed etiam propter linguas nescio utrum antiquitatem dicam an barbariem; vici nomen, quod unus eorum n. 453 videtur continere, alibi repertum non est» (CIL II p. 50).

Portanto, nem sequer sobre as características da língua ('antiga' ou 'bárbara') Hübner ousa pronunciar-se, atendendo aos 'peregrinos' nomes dos deuses e dos homens; além disso, do *vicus Talabara* jamais ouvira falar...

O que hoje resta da inscrição é suficiente para considerarmos legítima a leitura de Acúrsio. Tantos anos e vicissitudes passados, o texto lê-se sem dificuldades, porque as letras foram profundamente gravadas. Uma coisa é, porém, a leitura e outra a interpretação. A leitura seria a seguinte, incorporando a parte esquerda do texto destruída:

H S E S T T L / [MAEILO CAMALI F T D V TALA]BARA /
[FACTVM CVRAVIT PR]OGELA MAIELONI F / [ET DV]TAIVS
ARANTONI F

O que, segundo Hübner, deveria interpretar-se assim:

[...] [?] H(ic) S(itus, -a) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) /
[MAEILO CAMALI F(ilius) T(aporus?) D(e) V(ico) TALA]BARA /
[FACTVM CVRAVIT PR]OGELA MAIELONI F(ilia) / [ET
DV]TAIVS ARANTONI F(ilius)

Traduzindo:

Aqui jaz Maeilão, filho de Câmalo, taporo (?), da aldeia de Talabara. Que a terra te seja leve. Tratou de fazer Progela, filha de Maeilão, e Dutaio, filho de Arantônio.

Altura das letras: l. 1: 13; l. 2: 5; l. 3 e 4: 12. Espaços interlineares: 1: 30; 2: 7; 3: 3; 4: 4; 5: 32.

Encabeçar a inscrição pela fórmula que é hábito vir no fim não é de estranhar se considerarmos o texto dos primórdios do Império, quiçá mesmo da primeira metade do século I da nossa era. Assim no-lo dá a entender a paleografia (veja-se, por exemplo, a circularidade do O, a haste do G breve e vertical, a simetria dos caracteres no seu conjunto) e o modo de identificação das personagens bem como a sua onomástica tipicamente de origem pré-romana. Estranhar-se-á, isso sim, o abuso dos nexos, a mostrar, à primeira vista, um ar rebuscado que não se compadece com a habitual sobriedade duma inscrição do século I. Repare-se, contudo, que não se trata de texto num suporte epigráfico qualquer: é uma rocha, onde são maiores as dificuldades de gravação e a paginação obedece somente à superfície lisa disponível.

Não temeríamos, por isso, afirmar que tanto na primeira como na última linha o texto poderá estar completo. E recordaremos, a propósito, o penedo que estudámos em Belver, sito actualmente à entrada do castelo, que apenas ostenta IC SITVS. Na altura, não tecemos sobre ele grandes considerações e inclusive manifestámos estranheza pela ausência de outros elementos mais: «Choca-nos o inusitado da forma e das dimensões, pelo que o incluímos sob reserva neste catálogo» (ENCARNAÇÃO e CARVALHO 1984 31-32). Perante o exemplo da Capinha, o insólito já não será tão grande. De resto, ocorre-nos de imediato também - pela semelhança que apresenta na utilização de fórmulas funerárias nem sempre acompanhadas dos restantes dados dum epitáfio normal - o elemento arquitectónico datável do século I, achado, em 1973, na Quinta da Caneca (freguesia do Salgueiro, concelho do Fundão), que apenas ostentava DIS / MANIBVS / SACRVM e, curiosamente, VM em nexos, como aqui (SILVA 1987).

A onomástica patente na epígrafe inscreve-se no que já é corrente na região: *Maelo* (aqui grafado com um I epentético para dulcificar a pronúncia e fazendo o genitivo em -i onde esperaríamos -is, como, de resto, já Hübner salientara), *Camalus*, *Duatius* (forma que preferimos a *Dutaius*, não documentado), *Arantonius* - são, de facto, antropónimos que outras vezes ocorrem no aro da *civitas Igaeditanorum*. O mesmo se não poderá dizer somente em relação a *Progela*, de que, até ao momento, que saibamos, se não encontrou outro testemunho: será, decerto, corruptela local do nome latino* *Procella*, esse sim documentado, embora com meia dúzia de testemunhos (cf. KAJANTO 1965 177 e AE 1979 439, por exemplo).

Para a interpretação que dá da I. 2 - de que, diz, nada ousa mudar, «*nihil mutare licet in tanta descriptionis et fidelitate et peritia*» - vai Hübner buscar o exemplo de CIL II 365, de Conímbriga, hoje perdido (cf. FC II nº 15), em que se leria: *de vico Baedoro gentis Pinton(um)*. A aproximação tem razão de ser bem como a sugestão de desdobramento apresentada, que apenas carecerá de outras epígrafes confirmativas.

Aquando do seu relatório à Academia (o. c., p. 20), Hübner chegara a pensar que *Talabara* era um antropónimo, na medida em que o relacionou com o *Talabarus* documentado em Nisa (CIL II 171 = IRCP 646), mas depois é peremptório: «*Ad Talabaram vicum cf. Ptolemaei Λαυάρια 2, 5, 7; eius nominis vicos plures fortasse circa Tagi ripas situs fuisse inde certissime evincitur, quod tria hodie extant in Estremadura Hispana Talavera oppida de la reina, la real, la vieja*». Seria, pois, um sítio já citado por Ptolemeu e desse topónimo antigo - que poderia inclusive ter designado vários locais junto ao rio Tejo - teriam derivado as diversas Talaveras hoje existentes em território espanhol (cf. também CURCHIN 1985 333). Uma vez que há todo o cuidado em indicar a naturalidade do defunto, o referido *vicus* não pode identificar-se com Capinha, como Jorge de Alarcão já sublinhou (1988 II-1, p. 69, nº 4/370).

A expressão *factum curavit* - ainda por cima no singular quando o sujeito é plural - reveste-se também ela de carácter inusitado, «*barbarum*» lhe chama Hübner. Pensamos que se trata de uma deficiente interpretação das vulgares siglas F. C. (*faciendum curavit*). Não nos custa a crer que, nos primórdios da aculturação, o uso do gerundivo *faciendum* deveria oferecer para a população autóctone alguma dificuldade...

Em suma: se, apesar das dúvidas subsistentes, esta epígrafe se reveste de particular relevo do ponto de vista da onomástica nela patente, não menos importante é o facto de documentar a existência de uma sepultura rupestre, a atestar um hábito que noutras regiões do Império já se havia detectado mas que, neste local, até ao momento, parecia ter passado despercebido.

BIBLIOGRAFIA

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris (Indica-se o ano e o número da inscrição).

ALARCÃO (Jorge de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988.

BRACCO (Vittorio), «La "tomba del crociato" presso Sassano (Salerno)», *Rupes Loquentes* (Atti del Convegno Internazionale di Studio sulle Inscrizioni Rupestri di Età Romana in Italia), Roma, 1992, 431-446.

CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 e 1892. (Salvo indicação em contrário, cita-se pelo número da inscrição).

CURCHIN (Leonard), «Vici and pagi in Roman Spain», *Revue des Études Latines* 87 3-4 1985 327-343.

ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.

ENCARNAÇÃO (José d') e CARVALHO (Rogério), *Belver ao Tempo dos Romanos - A população e as Suas Crenças*, Portalegre, 1984.

FC = ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges), LÉVÊQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga, II - Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.

GARCIA (José Manuel), *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 1984.

HÜBNER (Emílio), *Noticias Archeologicas de Portugal*. Versão portuguesa de A. S. (publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa - Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras*, nova série, tomo IV, parte I, 1872, e de que também existem separatas) do relatório apresentado à Academia Real das Ciências de Berlim, em 1861.

ILER = VIVES (José), *Inscipciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972. (Cita-se pelo número da inscrição).

IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984. (Cita-se pelo número da inscrição).

KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Helsínquia, ¹1965; Roma, ²1982.

RODRÍGUEZ COLMENERO (Antonio), *Corpus-Catálogo de*

Inscrição rupestre procedente de Capinha

Inscripciones Rupestres de Época Romana del Cuadrante Noroeste de la Península Ibérica, A Coruña, 1993.

SILVA (Ana Isabel Moura), «Importante monumento funerário do Salgueiro (Fundão)», *Jornal do Fundão*, 27-03-1987.



Fotografia do monumento, quando ainda se encontrava no local onde foi estudado. Na sequência das diligências feitas pela sua directora, Dra. Clara Vaz Pinto, viria a dar entrada, a 7 de Junho de 1996, no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, onde ora [2015] se expõe.